

As condições estruturantes da siderurgia mineira: recursos naturais, Estado e elite instruída

Ralfo Matos
Professor Titular do Departamento de Geografia do IGC/UFMG

Ediméia Maria Ribeiro de Mello
Professora do Centro Universitário UNA

Resumo

O objeto deste artigo é a formação do espaço minero siderúrgico em Minas Gerais. Sabe-se que a presença do minério de ferro no Quadrilátero Ferrífero, isoladamente, é fator insuficiente para esta realização. Este recurso mineral é mobilizado pela elite instruída (em leis e técnica), atuante no Estado, para dinamizar a região deprimida em que se encontra. Vinculada regionalmente e dotada de mentalidade progressista, esta elite, por meio de seu *expertise* em planejamento, consegue superar os entraves ao desenvolvimento regional. Sua experiência e o modelo de planejamento e intervenção de Estado desenvolvido por ela são implantados em Minas e compartilhados com o governo central. De suas ações resultam a industrialização nacional e, em Minas Gerais, a implantação de Belo Horizonte, o complexo minero-siderúrgico e uma potente estrutura estatal de apoio à industrialização, com amplas realizações. Este artigo foca o período que transcorre entre o século XVIII e a década de 1960.

Abstract:

The object of this article is the formation of mineral steel space in Minas Gerais. It is known that the presence of iron ore alone is insufficient for this achievement. This mineral resource is mobilized by the educated elite (in laws and technical) operating in the state to boost the depressed region where it is. Linked regionally and endowed with progressive mindset, this elite, through its expertise in planning, manages to overcome barriers to regional development. His experience and the model of state planning and intervention developed by it are deployed in Mines and transferred to the central government. From their actions result the national industrialization, and in Minas Gerais, Belo Horizonte deployment, the mining-metallurgical complex and powerful state structure to support industrialization, with large achievements. This article focuses on the period that elapses between the eighteenth century and the 1960s.

Recebido 09/2012
Aprovado 10/2012

Palavras-chave: elite instruída, Estado, planejamento, mineração e siderurgia em Minas Gerais.

Key words: *educated elite, State, planning, mining and steel in Minas Gerais.*

ralfo@ufmg.br
profa.edimeiamaria@gmail.com

Introdução

Este artigo apresenta as conclusões da pesquisa realizada para compreender os determinantes da constituição do espaço siderúrgico na Zona Metalúrgica de Minas Gerais. Sua análise retrocede à Minas colonial e se encerra na década de 1960 (inauguração da Usiminas), em busca das origens e dos poderes que retêm parte importante dos efeitos de encadeamento do minério de ferro na própria região mineral estadual. Estes efeitos desenham um espaço tipicamente “weberiano”, preenchido pela indústria minero-siderúrgica, ao incorporar a região definida pelo eixo da Estrada de Ferro Vitória a Minas (EFVM) à rede econômica mundial. A abordagem destas problemáticas articula os conhecimentos de economistas, geógrafos e historiadores, num esforço interdisciplinar de compreensão.

Existem fatores excepcionais, em Minas Gerais, para explicar esta realização regional que, ao extrapolarem seu próprio espaço, contribuem decisivamente para a constituição do Estado-nação brasileiro, desde a sua condição agrário-oligarca do século XIX até a sua feição mais desenvolvimentista industrial no século XX. Em todo o período, o caráter fortemente centralizador e autoritário é uma característica distintiva que marca as estruturas de poder estaduais e brasileiras. A influência de Minas, pautada em suas singularidades, colabora para o Estado nacional republicano positivista, que evolui até o último governo militar, na década de 1980. Os “fatores-chave” explicativos da excepcionalidade mineira são os **recursos naturais**, a presença de longo prazo de um **Estado forte**, colonial ou independente, e a **elite mineira instruída**, versada em leis e técnicas.

Nas três seções, a seguir, incursiona-se por dois períodos consecutivos da história político-econômica do estado de Minas Gerais. O primeiro, delimitado pelo século XVIII e a última década do século XIX, é marcado pelo início da exploração legal do ouro e pela proclamação da República. O modelo de gestão patrimonial português da riqueza mineral forja uma sociedade local dotada de mentalidade comprometida com o progresso da região das minas. Nesta sociedade desponta uma liderança, instruída e bem informada, cujas ações irão alcançar todo o País, deixando suas marcas na modernidade estadual e nacional. Os acontecimentos que assinalam este período são: a formação da oligarquia rural e surgimento de uma elite econômica, a inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto (EMOP) e a adoção de uma mentalidade moderna. Os egressos da EMOP instalam a pequena siderurgia mineira, cujas dificuldades exigem a intervenção estatal, modelo defendido por João Pinheiro, no período republicano.

O segundo período, se inicia com a Proclamação da República e finaliza com a implantação da Usiminas, na década de 1960, tornando irreversível a constituição do espaço siderúrgico avançado no centro de Minas Gerais, amplamente consolidado, no final da década de 1980. Este período é abordado segundo as perspectivas econômica e política, influenciadas pela situação de subdesenvolvimento de Minas Gerais, estado ameaçado pelo separatismo territorial. Esta conjuntura inspira a escolha da localização da nova capital, Belo Horizonte, em região geograficamente central, com vistas a construir uma forte centralidade política, administrativa e econômica. Em 1920, a implantação da Companhia Belgo Mineira, em Sabará, introduz dinamismo econômico à recém-implantada Belo Horizonte, contribuindo para formar a Zona Metalúrgica mineira, especializada

na produção de bens intermediários. A capital mineira torna-se uma cidade nacional integrada ao parque industrial do centro-sul.

A outra perspectiva analítica focaliza as elites instruídas mineiras e seu poder político e econômico. As escolas do Caraça e de Ouro Preto formam dois tipos de liderança, uma oligárquica-conservadora e outra técnica modernizadora, ambas influem nos destinos do Estado republicano em sujeito do desenvolvimento regional. Politicamente reunidas no Partido Republicano Mineiro, no qual conservadorismo e modernidade se misturam, elas fundam as bases do Estado planejador desenvolvimentista, a partir das ideias liberais como as de João Pinheiro. Pinheiro inaugura em Minas a gestão pública a favor do desenvolvimento, orientada pelos planos de governo. Este novo modelo de gestão da coisa pública é apropriado pelo Estado forte da Era Vargas para comandar a industrialização deliberada e se sustenta até a redemocratização do país. Em 1940, Minas perde a Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) para o Rio de Janeiro e ganha a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD), que reconfigura o espaço da Zona Metalúrgica de Minas Gerais (ZMMG), conectando-a ao mundo. Em 1960, é criada uma potente estrutura estatal mineira de apoio à indústria, burocratizando a atividade de atração de investimentos, e é implantada a Usiminas, marca de uma nova etapa da economia mineira.

Estado forte, recursos naturais e elite instruída: análise do período entre o século XVIII e a última década do século XIX

A inserção do território das *Gerais* no mundo “civilizado” decorre da legalização real da atividade mineradora de ouro, em 1694. A atração exercida por este mineral funda a sociedade regional, exposta aos rigores da gestão centralizada metropolitana portuguesa. A Capitania de Minas Gerais é fundada em 1720, quando recebe o primeiro governador para restaurar a ordem e a paz em uma região conflituosa. Sua delimitação fronteiriça obedece à conveniência colonial portuguesa de isolar a região das minas, impedindo a evasão de divisas em ouro. É implantada uma completa infraestrutura fiscal e de governo para controlar o acesso e produzir o espaço de acordo com os interesses metropolitanos.

Desde então, a região torna-se foco de fluxos migratórios intensos de portugueses, burocratas e comerciantes, que estabelecem fortes laços com a região e desenvolvem uma mentalidade comprometida com a idéia de progresso. Assim, a sociedade regional é fundada em “[...] um complicado mosaico de grupos e raças”. (MAXWELL, 1977, p. 114). Sua elite busca educação para os filhos fora da Capitania, uma vez que uma das poucas instituições de ensino regionais é o Seminário de Nossa Senhora de Boa Morte (1750). Para o ensino de nível superior, estas famílias enviam os seus filhos para a Europa, onde ganham notoriedade, como Vicente Coelho de Seabra Silva Teles, que desponta na vanguarda das ciências químicas em Portugal, e Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, um dos pioneiros da siderurgia no Brasil. Filgueiras (2007) e Bethell (2001) referem-se a um número superior a mil brasileiros formados em Coimbra e em França, no período de 1760 a 1792. Grande parte procede de Minas Gerais: são 430 graduados em filosofia natural: química moderna, física, história natural, mineralogia, metalurgia, geologia e outras disciplinas.

Esses jovens, visceralmente transformados pela educação formal e pela experiência de vida junto às civilizações mais avançadas, retornam ao Brasil e passam a difundir, nos frequentes encontros sociais na Capitania, o debate acadêmico e político europeu contemporâneo. Nestas oportunidades, ministram inevitáveis palestras sobre a Independência dos Estados Unidos (1776) e os movimentos que precipitam a Revolução Francesa (1789). São as “vozes do ouro” de Carvalho (2005), que se elevam contrárias à condição colonial, na Inconfidência Mineira. São os moços, autores da justificativa ideológica para a conspiração, apoiados pelos homens mais ricos e influentes da região: magistrados, fazendeiros, comerciantes, contratadores de impostos, advogados, padres e oficiais do exército regular.

A excessiva severidade com que é tratada a sociedade da Capitania de Minas Gerais forja um ambiente local de grande instabilidade, produzindo frequentes revoltas libertárias, como a Guerra dos Emboabas e a Inconfidência Mineira ¹. A política de colonização antidesenvolvimentista insufla os ideais libertários dos jovens educados na Europa. Aqueles envolvidos com a Inconfidência Mineira associam viagens de estudo aos objetivos de libertação do País. Estudantes de Medicina, em Montpellier, entre eles os mineiros Joaquim S. Brandão e Inácio Ferreira Câmara (graduados entre 1767 e 1785), iniciam negociações comerciais entre a futura nação independente e representantes da República norte-americana. O médico Domingos Vidal Barbosa Lage (1761-1793), de Juiz de Fora, transfere-se de Montpellier para Bordeaux para abrir mercado para as exportações brasileiras. O mineiro de Vila Rica, José Álvares Maciel, químico/mineralogista graduado em Coimbra e entendido das técnicas fabris desenvolvidas na Inglaterra, obtém o apoio de negociantes ingleses para um Estado independente no Brasil e defende a importância da siderurgia. (SOUZA, 1985). O português Thomaz Antônio Gonzaga e os mineiros Cláudio Manuel da Costa e Cônego Luís Vieira elaboram o projeto do novo Estado republicano, que dentre outras propostas e medidas estabelece a dissolução do distrito diamantífero, a implantação de manufaturas, o estímulo à exploração do minério de ferro, a gestão nacionalista dos recursos e a substituição de importações (MAXWELL, 1977).

A derrota dos inconfindentes não neutraliza os ideais patrióticos. Estes ressurgem na liderança política, que consolida o Estado-nação desenvolvimentista brasileiro. José Aparecido de Oliveira sintetiza a importância da sociedade mineira frente a este Estado:

Dessa importância cultural e do **isolamento** que lhe imprimia **um caráter tão próprio**, Minas herdara dois traços que se conservam inalterados ao longo de sua história: o de ser uma região brasileira com marcante **sentido de autonomia** e o de manter vivo o seu **espírito liberal**, decisivo desde a época da Independência. (OLIVEIRA, apud WIRTH, 1982, p. 15-16).

A economia mineral produz décadas de prosperidade. O auge da economia do ouro, responsável pela aculturação ² da Capitania, dura cerca de 70 anos, sem desencadear efeitos multiplicadores de desenvolvimento ³. Da mesma forma evolui a produção de diamantes durante 40 anos. (PINTO, 2000). Já, o minério de ferro depositado na Serra do Espinhaço, em Minas Gerais, promissor para metas de progresso, tem sua transformação regional expressamente proibida por D. Maria I, ao ratificar o Tratado de Methuem ⁴.

A falta de fábricas de ferro na Colônia é problema para a mineração, conforme relato encaminhado à Metrópole, antes da derrota inconfindente, por d. Rodrigo José de Meneses e Castro.

¹ Rebeliões notáveis na Capitânia de Minas Gerais: Guerra dos Emboabas (1708-1709), Motins de Pitangui (1709-1719), Revolta de Felipe dos Santos (1720), Sedição de São Romão (1736), quilombos, Inconfidência do Curvelo (1760-1763), Inconfidência Mineira (1789). (CARVALHO, 2005, p.58).

² Conceito “ratzeliano” de aculturação: método civilizatório, que submete a natureza e amplia o leque de recursos utilizáveis, intensificando a relação sociedade/espço. (RATZEL, apud HAESBAERT, s/d, p. 1).

³ A mineração de ouro perde dinamismo, mas não desaparece e nem a população se vai. Os vales do Paraopeba, Grande, Doce e Jequitinhonha são povoados “[...] tanto por garimpeiros, escravos e homens livres de Vila Rica, São João Del Rei, Sabará e Itabira, quanto por novos [...] imigrantes [...]” nordestinos. (MATOS, 2011, p. 48).

⁴ O Tratado de Methuem, porém, não evita a ocorrência de uma incipiente metalurgia regional, segundo técnica rudimentar de origem africana. (LATIF, 1960).

O governador da Capitania justifica a necessidade de implantação de uma siderúrgica, em razão dos elevados custos dos equipamentos de ferro importados e dos riscos de suspensão de suprimento. (CARVALHO, 2002). Estes argumentos são renegados pelos neomercantilistas, herdeiros do modelo de gestão pombalina. (MAXWELL, 1977).

Posteriormente, o episódio da Inconfidência Mineira mostra inequivocamente, ao governo português, a insatisfação social e a extensão dos efeitos da independência das colônias inglesas e francesas sobre a elite esclarecida brasileira. Isto leva à implementação de reformas liberalizantes e à indicação de brasileiros para cargos elevados nas burocracias metropolitanas e coloniais. Inicia-se, então, a ascensão da elite mineira instruída à estrutura portuguesa de poder, animada por sua visão de progresso da Capitania e da Colônia.

Carvalho (1978) contabiliza, ao fim do período colonial, 34 cientistas em postos públicos na Capitania de Minas Gerais. Entre eles, Manuel Ferreira da Câmara Bethencourt e Sá, mineiro de Araçuaí e bacharel em direito por Coimbra, ao retornar ao Brasil de uma viagem de estudos técnicos à Europa ⁵ é promovido Intendente-Geral das Minas (1801). Árduo defensor da questão siderúrgica, em 1808, é designado por d. João VI como presidente e responsável pela implantação da primeira fábrica de ferro brasileira, no Serro.

Com a vinda da corte para o Rio de Janeiro, a economia de Minas Gerais, fornecedora de produtos alimentícios para o Rio de Janeiro, vê fortalecido o setor primário estadual, desencadeado previamente pela economia do ouro. Perde poder a elite mineral e ascendem os oligarcas rurais na base de sustentação política do Imperador. Estas elites do Sul de Minas e da Região da Zona da Mata, conservadoras e conciliadoras, querem “[...] manter as estruturas econômicas e sociais coloniais baseadas na agricultura, na escravidão e na exportação dos agrícolas tropicais para o mercado europeu”. (BETHELL, 2001, p. 213).

Após a Independência, d. Pedro I dispensa o apoio ruralista, mas a sua abdicação reaproxima os fazendeiros mineiros (escravocratas, liberais e moderados) do poder central. Estes defendem o regime monárquico, mas demandam reformas constitucionais, com descentralização do poder. (BETHELL e CARVALHO, 2001). O mineiro, Bernardo Pereira de Vasconcelos (graduado em Coimbra), lidera a maioria opositora à Regência Una de Feijó.

Teófilo Benedito Ottoni, engenheiro do Serro, participa das lutas liberais da Regência, insufla o povo do Serro em apoio à coroação de d. Pedro II (1842) e luta na revolta liberal de São Paulo e Minas contra o monopólio da oligarquia rural junto ao poder central. Ottoni destaca-se entre os liberais urbanos. Entusiasta da democracia norte-americana e leitor de Jefferson difunde em seu jornal – “Sentinella do Serro” – as ideias republicanas. Dedicado à sua região, funda Nova Filadélfia (1853) às margens do R. Mucuri, em terra doada pelos índios. Nesta cidade imprime seus ideais democráticos.

Em meados do século XIX, opera, em Minas, uma economia rural sustentada pela cafeicultura e uma economia urbana formada por empresas artesanais de dinamismo mediano. É época da ascensão de uma nova elite formada por banqueiros, derivada da elite dos comerciantes urbanos credores dos fazendeiros. (WIRTH, 1982). Contudo, a dependência brasileira em relação à Inglaterra inibe o desenvolvimento do mercado interno.

A ambição siderúrgica continua perseguida pelos burocratas mineiros. A inauguração da Escola de Minas de Ouro Preto por d. Pedro II, em 1876, é um avanço na direção desta meta. A

⁵ Enviado em viagem de atualização, em 1790, a França, Alemanha e Inglaterra, entre outros centros industriais europeus, para estudos técnicos de mineralogia e siderurgia.

Escola imprime, na cultura mineira, valores que orientam “[...] a ciência para as necessidades do desenvolvimento econômico, sobretudo pela exploração dos recursos naturais [...]”. (CARVALHO, 2005, p. 66). Porém, no início de seu funcionamento, a demanda regional por seus técnicos é retraída pela estagnação da mineração e pelo desaparecimento da siderurgia pioneira. (ALFONSO-GOLDFARB et al, 1993).

Treze anos depois de inaugurada a EMOP, seus egressos promoveram a “fase das usinas”⁶, ao participarem da implantação de pequenas fundições na região da Escola, dotadas de capacidades produtivas maiores e melhor posicionadas competitivamente que as pioneiras, da época de d. João VI. Este é ainda um esboço incipiente do futuro de dinamização espacial que a região viria experimentar mais a frente.

A abolição da escravatura (1888) e a expansão dos transportes ferroviários para o escoamento do café afetam sobremaneira esta pequena siderurgia. O fim da escravidão eleva os custos de operação, mas, por outro lado, aumenta a demanda agregada, com a constituição do mercado de trabalho assalariado. A implantação da ferrovia incrementa a demanda por siderúrgicos, porém, sua operação, internaliza os produtos de aço mais competitivos. Sobrevivem as usinas com “[...] uma escala de produção ajustada à nova conjuntura [e] um sentido mais econômico na industrialização do ferro”. (BAETA, 1971, p. 66). Assim, à medida que são removidos os impedimentos ao desenvolvimento industrial, os efeitos da concorrência externa tornam-se evidentes. Daí a necessidade de proporcionar condições especiais para a indústria nascente, por meio de instrumentos de proteção tributária e/ou monetária, necessidade plenamente compreendida pelo pioneiro João Pinheiro, na República.

Economia, Estado forte e elite mineira na República: baixo dinamismo econômico, infraestrutura

A República encontra Minas na segunda posição na produção agrícola e industrial bruta do País, com baixo crescimento e ameaçada de ser superada pela economia rio-grandense. O setor industrial é o de menor dinamismo. São diversos os fatores de subdesenvolvimento: baixa renda per capita, baixa produtividade, sistema de transportes ultrapassado e desintegração econômica regional. Este quadro torna o estado mais povoado do Brasil cada vez mais dependente de São Paulo. Além disso, suas regiões periféricas integram-se ao dinamismo dos estados vizinhos, São Paulo, Rio e Bahia. (WIRTH, 1975 e 1982).

Os estados mais dinâmicos submetem-se a mudanças profundas, inserindo-se no padrão capitalista de produção, porém, Minas não partilha esta evolução. Premido por condição geográfica insular, o estado carece de meios de integração. Desde o século XVIII, a elite mineira entende imprescindível a implantação de uma nova capital, ao norte de Ouro Preto, com potencial de articulação inter-regional e com uma situação geográfica favorável à sua expansão. O plano visa transformar a capital em polo econômico e político por meio de melhorias na rede de transportes e do incentivo à indústria.

A escolha da localização de Belo Horizonte em zona econômica sem dinamismo dissocia centralidade político-administrativa de centralidade econômica. Sustenta-se em expectativas de atração de recursos públicos para a infraestrutura integradora do “*mosaico mineiro*”, (WIRTH, 1982) e, no incentivo a uma economia moderna baseada no minério de ferro. O principal defensor da ideia de transferência da capital para a região do Curral d’El Rei é João Pinheiro, presidente do estado em

⁶ Fase das usinas: denominação dada pelo professor Clodomiro de Oliveira, em 1902, ao período 1889/92, em Minas Gerais. (BAETA, 1971).

1890. A oligarquia rural, ao aderir ao projeto, ironicamente, introduz “[...] um cavalo de Tróia moderno [em] seu reino conservador”. (idem, 2005, p. 64). Dulci (2005, p. 117) destaca, na mudança, os seguintes interesses estratégicos:

[1] foi um projeto decidido e executado [...] por razões de Estado [...], que procurava modernizar de cima para baixo, [...]. E, nesse sentido, afastava-se significativamente da ortodoxia liberal então professada pelos grupos dirigentes, [mineiros e nacionais]. [2] o projeto estava claramente associado a metas desenvolvimentistas. Esperava-se que a nova capital viesse efetivamente exercer o papel de centro de integração política e econômica do ‘mosaico mineiro’[e] que a iniciativa da mudança contribuísse firmemente para colocar Minas Gerais na trilha do progresso.

Afonso Pena (presidente da Província, em 1892/94) deixa clara a intenção, compartilhada pela elite, de o plano de Belo Horizonte atrair para Minas parte do fluxo de capitais que vai para o Rio de Janeiro e São Paulo. Por outro lado, o pacto mineiro para a construção da nova capital pretende conter o ímpeto separatista das diferentes zonas e estabelecer um “minissistema federal” para que [se alcancem] os interesses regionais [a partir] de uma concepção razoável do todo”. (WIRTH, 1982, p.67).

Belo Horizonte, na inauguração, em 1897, abriga 12 mil habitantes e é ligada ao Rio de Janeiro pela Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB). A reversão das forças centrífugas atuantes sobre a Província ainda não acontece. Sua proximidade das economias dos vales do Rio das Velhas e do Alto São Francisco e a presença da estação da EFCB proporcionam-lhe uma centralidade restrita ao comércio regional. Nessa época, a cidade destaca-se, no setor terciário, em virtude, dos empregos públicos, das escolas e do comércio. Sua fundação coincide com a primeira crise do café.

Até a década de 1920, a economia mineira se sustenta no setor rural, especialmente pela grande produção de café. Esta cultura, menos competitiva do que a paulista, tem sua rentabilidade diminuída por baixa produtividade e pelo esgotamento das terras. Persistem e se agravam os entraves ao desenvolvimento da economia mineira: (1) profunda carência de vias de transporte e de meios de comunicação, inter-regionais e com o grande mercado; (2) presença de um esquema agroexportador que perpetua condições contrárias à superação do atraso; e (3) vigência das “forças centrífugas” atuantes sobre as regiões autônomas do estado.

Ao início dos novecentos, surge nova região de ocupação populacional no estado – o Vale do Rio Doce –, decorrente do avanço da EFVM. Nesta região se instalam agricultores que produzem excedentes destinados à região central. Esta ferrovia interessa aos estrangeiros, dado seu potencial de escoar o minério de ferro do Quadrilátero Ferrífero para o exterior. Na primeira década do século XX, empresários ingleses associados ao Brazilian Hematite Syndicate (BHS), donos do direito de lavra do minério de Itabira, adquirem o controle da ferrovia. Instala-se, então, um complexo problema político-econômico, na forma de um sistema produtivo integrado: mina-ferrovia-siderúrgica-porto, afeto aos governos estadual e federal. Em termos contratuais, entre o presidente Epitácio Pessoa e o BHS, surge um plano siderúrgico avançado, com base na disponibilidade local do minério.

Em 1920, é implantada a Companhia Belgo Mineira ⁷, em Sabará, que junto com a indústria extrativa mineral (ouro, ferro e manganês) promove o dinamismo da recém-implantada Belo Horizonte. Observa-se entre seus efeitos: mudança radical na estrutura produtiva; fixação das raízes da especialização industrial e atração de novas indústrias tradicionais, impulsionadas pela demanda por

⁷ Este investimento representa um grande salto na produção brasileira de ferro e aço: a produção de gusa cresce de menos de 50 mil t., em 1922, para quase 200 mil t., em 1939; e a produção de laminados e de aço em lingotes é introduzida, alcançando, em 1939, cerca de 100 mil toneladas (SENA, apud SINGER, 1977, p. 242 a 247).

bens de salário. A capital política torna-se, enfim, capital econômica e avança para uma centralidade mais complexa, aglutinadora dos setores industrial, comercial e financeiro, grande mercado de consumo e 15 mil km. de rodovias. Redistribuiu-se o valor da produção industrial estadual (1920/47): a Zona da Mata perde participação de 36% para 20%, enquanto a Zona Metalúrgica cresce de 32% para 45%.

Com respeito às exportações agrícolas, em 1937, Minas sofre uma queda importante. A perda de dinamismo econômico gera evasão de população e falta de recursos para manutenção e investimento no complexo infraestrutural. “A falta de energia elétrica e a desconcentração das atividades econômicas impunham a muitas empresas industriais e de mineração a instalação de seu próprio sistema energético, o que dificultava e encarecia os investimentos”. (DINIZ, 1981, p.38). A situação financeira do governo, descrita por Benedito Valadares, é muito difícil: quase 35% da receita pública estão comprometidos com juros, a economia debilitada diminui a renda e a receita dos impostos é reduzida por transferências para o Instituto Mineiro do Café e para a cobertura dos déficits da Rede Mineira de Viação.

Entre as duas Grandes Guerras, “delineava-se [...] uma divisão inter-regional do trabalho que vinculava a Zona Metalúrgica mineira à estrutura industrial do País como área especializada na produção de bens intermediários (o ferro gusa, o aço, o cimento, etc.)”. (DULCI, 2005, p.118). Cresce significativamente a produção de ferro e aço, todavia, sem que o País alcance a autossuficiência em siderúrgicos. Contudo, a região central de Minas, por empenho do governo estadual, inicia um processo de reversão do ciclo depressivo em que se encontrava. Espaços e tempos mais velozes se materializam com a definição da capital mineira como cidade integrada ao parque industrial do centro-sul, fornecedora de intermediários.

Economia, Estado forte e elite mineira na República: as elites mineiras e seu poder político e econômico

Com a República, a elite mineira, particularmente a instruída, se envolve com a edificação de um Estado, sujeito do desenvolvimento regional, poderoso o suficiente para centralizar competências dinamizadoras e reverter o quadro restritivo da economia. Segundo Wirth (1982), esta elite funda-se economicamente em sua aptidão para o trabalho árduo e fino para os negócios. Seus ideais desenvolvimentistas, que remontam à Inconfidência Mineira, são reassumidos nos governos estaduais e influenciam os projetos da República.

Os coronéis, chefes políticos rurais, são os responsáveis por boa parte da política governamental. Políticos astutos, localistas por devoção, vivem em isolamento relativo. Crispim Jacques Bias Fortes (1847-1917), por exemplo, bacharel pela Escola de Direito de São Paulo, exerce a presidência de Minas Gerais (1894-1898) sem se apresentar à capital federal. (MANTUA, apud WIRTH, 1982). Wenceslau Brás Pereira Gomes, presidente do estado (1909/13) e do País (1914/18), aposenta-se e torna-se pescador, em Itajubá. Em suas cidades, cultivam a ordem, são orgulhosos de sua origem e desprezam as inovações sociais.

No setor educacional, atua, em Minas, a Escola do Caraça, que educa alunos selecionados com base na posição social. Fundada no modelo de educação acadêmico francês, centrado nas humanidades clássicas, privilegia a hierarquia e a preparação para a vida pública, eclesiástica ou a magistratura. (ANDRADE, 2006, p. 2). Esta Escola desenvolve nos filhos dos ruralistas as habilidades

da negociação, conciliação e a avidez pelo poder. Seus egressos não ambicionam grandes projetos, são prudentes e relutantes.

Com a República, as vozes do Caraça soam na “política dos governadores”, instituída em 1897 pelo presidente Campos Salles e pelo governador mineiro Silviano Brandão. Este visa desbancar antigas lideranças estaduais, submeter os coronéis, limitar os poderes municipais e unir a política do estado no único Partido Republicano Mineiro (PRM) recém-criado, representante das oligarquias rurais. Seus membros constituem a disciplinada bancada mineira no Congresso, em apoio a Campos Salles (WIRTH, 1982).

Ao final do século XIX, surgem as organizações intersetoriais do comércio, da indústria, da lavoura e das finanças, tais como a Associação Comercial de Juiz de Fora (1896) e a Associação Comercial de Minas (1901), para encaminhar ações políticas do interesse privado. Instâncias setoriais criam a Sociedade Mineira da Agricultura (1909), o Centro Industrial de Juiz de Fora (1926), e a Federação das Indústrias de Minas Gerais (1933).

A política Salles-Brandão sustenta Minas como o pilar do sistema presidencial, como o fora na Monarquia. “A coesão interna era a chave desta influência nacional”. (WIRTH, 1982, p. 154). Durante quase toda a República Velha, o PRM adapta o coronelismo à política clientelista dos chefes rurais, orquestrada pela câmara estadual. Governista, conservadora e cautelosa “a elite do Estado [se vê] como o [...] ponto de equilíbrio do País nos momentos de instabilidade”. (CARVALHO, 2005, p. 63).

É intrigante ver o PRM, de tradição agro-oligárquica tão arraigada, amparar uma figura moderna como João Pinheiro. Na prática, a atuação do Partido é estrategicamente orientada para os objetivos de desenvolvimento do estado. Desde a decadência mineral, busca-se outro setor produtivo que emparelhe Minas com o dinamismo da economia paulista ou sulista. A ação partidária supera as ideologias e torna o PRM: (1) coeso para apoiar um governador inovador como Pinheiro (1906-1908); (2) flexível para sobreviver às divergências entre os chefes regionais, como Silviano Brandão e Bias Fortes; e (3) poderoso para acomodar os novos chefes da Zona da Mata, como Artur Bernardes e Raul Soares. Assim, o partido suporta a voz crítica de João Pinheiro à “adormecida” política oligárquica-rural das Gerais.

O progressista João Pinheiro defende “[...] princípios do livre comércio [...] adaptados às necessidades de ‘países novos [...]’”, (DULCI, 2005, p. 114 e 121). Tendo passado pela EMOP, conhece as ações práticas para o progresso. Estudante de direito da Faculdade de São Paulo articula a causa republicana. Reputa a ação governamental, segundo diferentes graus de intervenção, articulada com as classes sociais e as elites políticas, econômicas e intelectuais do País, como condição para o progresso. Convidado por Francisco Salles (presidente de Minas, 1902-1906), organiza o Congresso Agrícola Industrial e Comercial (1903), na origem do plano de restauração econômica, com base em instrumentos protecionistas e nas potencialidades regionais. (PINHEIRO, apud DULCI, 2005).

A ascensão política do mineiro Afonso Pena, com suas prioridades focadas no mercado interno, é atribuída às repercussões do Congresso de 1903. Sua eleição à presidência do País (1906) fragmenta a hegemonia política paulista. (PAULA, 2004). Partidário das ideias de João Pinheiro, Afonso Pena cria o Serviço Geológico e Mineralógico do Brasil (1907), cujos técnicos, muitos egressos da EMOP, mapeiam o potencial brasileiro de ferro e manganês para fundamentar a política mineral federal e desenvolver a siderurgia nacional.

O modelo de desenvolvimento, defendido por João Pinheiro, se aprofunda nos governos estaduais seguintes, com vistas em superar os entraves ao desenvolvimento mineiro, quais sejam: (1) localização mediterrânea, em topografia acidentada, distante do litoral e dos maiores mercados; (2) fronteiras decorrentes de prioridades patrimonialistas de preservação da riqueza; (3) reunião de regiões heterogêneas com tendência à fragmentação; e (4) deficiência de meios de transportes. Por outro lado, são mobilizados os seguintes recursos: (a) dotação de elite instruída, atualizada e combativa; (b) forte coesão dos grupos econômicos e políticos reunidos em torno de metas de desenvolvimento; (c) riqueza em recursos minerais.

João Pinheiro, senador de 1905 a 1906 e presidente de Minas Gerais em 1890 e de 1906 a 1908, inaugura no País a gestão pública a favor do desenvolvimento. Este “liberal” explica sua adesão ao protecionismo: “Eu sou protecionista ‘ad tempora’. [...] a indústria deve ser protegida decididamente, [e transitoriamente], enquanto não está aparelhada para lutar com a concorrência. [...] no nosso caso atual, [esta] é uma necessidade de defesa [...]”. (PINHEIRO, 1906, apud GOMES, 2005, p.16). O manifesto positivista de lançamento de sua candidatura ao governo incita a população a promover o progresso do estado: “O povo de Minas Gerais tem-se governado dentro da Liberdade e da Ordem. [Necessita do] progresso em meio de uma paz digna, [e] de lutas fecundas [...] sem se sobrepor às leis”. (PINHEIRO, apud DULCI, 2005, p. 126). Sua agenda política⁸ torna Minas pioneiro na adoção da prática desenvolvimentista. Este modelo é, posteriormente, adotado pelo Estado brasileiro.

Combinando capacidade empreendedora, espírito público e liderança política de primeira linha, João Pinheiro ensaiou o projeto de desenvolvimento que, “malgré tout”, e com as diferenças devidas, foi experimentado no Brasil, seja em sua vertente nacional desenvolvimentista, seja na versão de desenvolvimentismo associado, seja durante a ditadura militar e sua versão autoritária do desenvolvimentismo. (PAULA, 2004, p.274).

A Primeira República se inspira no Estado federativo descentralizado norte-americano, contudo, isto se realiza apenas “[...] episodicamente, na história republicana”. (MATOS, 2008, p. 142). O renitente conservadorismo nacional ressurge na “política dos governadores” e torna a constituição antirrepublicana e antifederalista. A autonomia estadual sucumbe ao empenho unificador, que confunde unidade nacional com integridade territorial, e introduz o federalismo da Guarda Nacional. A posição privilegiada de Minas se sustenta na unidade política legitimadora e na influência junto ao governo federal. Esta unidade é legado da elite mineradora do século XVIII, dotada de uma cultura política, que mescla patriotismo regional, com experiência política e valores cívicos. (WIRTH, 1975).

A permanência dos agentes políticos mineiros em mandados ministeriais (finanças, justiça e obras públicas) é notável: de 1889 a 1898, 73% do tempo; de 1898 a 1930, 69%. Nas comissões relevantes da Câmara dos Deputados, a presença mineira assegura que, em 40 anos, Minas seja citado, entre outros seis estados, em 59% das comissões temáticas de obras públicas e finanças (supondo uma por ano). (WIRTH, 1982). Assim, Minas é atendido em várias de suas reivindicações pelo governo central, por exemplo: (1) a compra das estradas de ferro deficitárias e a construção de novas; (2) a proteção tarifária e a uniformização dos fretes ferroviários para os cereais, tornando os produtos mineiros competitivos; e (3) a devolução ao estado de uma grande quantia em direitos alfandegários e impostos de consumo.

⁸ Plataforma política de Pinheiro para a economia mineira: (1) protecionismo à indústria; (2) modernização agrícola; (3) substituição de importações; (4) coordenação estatal dos agentes privados para a modernização produtiva; (5) formação da rede bancária mista; (6) implementação da política educacional para as necessidades da produção; (7) especialização industrial, baseada nos recursos naturais. (DULCI, 1999, p. 45-53).

Os republicanos mineiros positivistas multiplicam centros estaduais de ensino para qualificar pessoas comprometidas com o seu modelo de desenvolvimento. Em Belo Horizonte, fundam as Faculdades de Direito (1898), Odontologia (1907), Medicina, Engenharia e Farmácia (1911). Os professores ocupam cargos políticos e administrativos e os alunos, contam com amplas perspectivas de inserção no setor público. (WIRTH, 1982). A Escola de Viçosa, criada em 1920 por Artur Bernardes (1918-1922), introduz a modernização técnica e sócio-cultural no campo, por meio do ensino e da extensão rural. “[...] Viçosa foi o celeiro de uma *intelligentsia* agrônômica que ganharia espaço [...] na administração pública, estadual e federal, [...] no setor privado [e] na área acadêmica” (DULCI, 1999, p. 52).

Os investimentos estaduais em educação são basicamente de origem estadual e implantam o modelo universal americano. “Na década de 1890, o Estado liderou o País em número de escolas fundadas [...]”, principalmente para a educação primária. (WIRTH, 1982, p.141). Mas, as crises econômicas retraem o setor: na depressão de 1898, Brandão fecha quase 400 escolas e a crise de 1929 desacelera a reforma educacional, época em que o PRM retira o apoio a Washington Luiz, rompe com a “política dos governadores” e encerra, definitivamente, a aliança entre Minas e São Paulo. Entretanto, “a despeito [dos amplos] recursos de poder [...] a história dos anos de 1889 a 1937 [não é] feliz para Minas Gerais”.

A Revolução de 1930 transforma Minas em cliente do poder central e assegura a participação da elite mineira na burocracia, o que favorece a canalização de recursos econômicos para o estado. Inicia-se, assim, a fase clientelista da política mineira, antes de ser implantada a ditadura. A situação política/econômica estadual incita à aliança com o Estado Novo de Vargas: impera a desorganização das instituições e o decréscimo econômico, por falta de competência política para a modernização. Ressurge o oportunismo dos coronéis, em disputa por cargos nas burocracias estadual e federal, em troca de favores políticos.

O governador Olegário Maciel presta a colaboração de que Vargas necessita para superar as correntes contrárias ao Governo Provisório (1930/34). Outra vez, Minas legitima e faz funcionar o sistema federal, com base em sua relevante representatividade nas casas parlamentares, na habilidade de seus políticos e no expertise em gestão pública desenvolvido no estado pelos técnicos mineiros, lotados na burocracia federal. Em troca, Minas Gerais usufrui as benesses que este governo pode proporcionar, como, por exemplo, a administração dos pagamentos da dívida estrangeira e o aval ao crédito obtido no exterior.

A esta altura, os egressos da EMOP ocupam cargos públicos ministeriais e políticos. São responsáveis pela elaboração dos códigos de minas e de águas de 1934. Engenheiros civis, de minas e metalurgia lideram o Departamento de Pesquisas Minerais, o Serviço Geológico e Minerológico do Brasil e o Conselho Nacional do Petróleo. Segundo Diniz (1981, p. 40), estes profissionais infiltrados “[...] no aparelho de Estado, especialmente [no] Serviço Geológico e Minerológico do Brasil, utiliza[m] pela primeira vez no Brasil independente o controle da informação técnica como recurso político [...]”.

Benedito Valadares, alçado ao governo estadual (1933-1945), ganha a confiança de Getúlio. Premido pela situação financeira estadual alarmante, o governador apoia a ditadura Vargas, continuando a tradicional política mineira de governismo. Os mineiros ocupam postos em quase todos os órgãos e carregam para Minas muitas verbas federais. Desta forma o Governo cria um mercado interno sustentável e melhora as ligações das regiões produtoras aos portos. Iniciam-se as bases

para a compressão têmporo-espacial. Viabilizam-se os tempos curtos da dinamização dos recursos minerários na Zona Metalúrgica.

O Estado forte da Era Vargas apropria a concepção de desenvolvimento de João Pinheiro e a estratégia de planejamento de Valadares, para introduzir o processo de industrialização deliberada comandado pelo Estado. Prov e o vazio federal nesta área, por meio da importação do *expertise* mineiro em planejamento. O Estado centralizador e de viés economicista promove: (1) a parceria técnica modernizante entre o Estado e o empresariado, restringido financeiramente, a uma posição secundária; e (2) a perda de autonomia do planejamento estadual, enquadrado   política federal. Trata-se do processo de unificação do Brasil como propõem Santos e Silveira (2001), no qual cabe a Minas Gerais um protagonismo indireto por meio de sua influência junto ao poder central.

Desde a década de 1930, a prioridade siderúrgica, “marca distintiva dos países industriais ‘adiantados’”, (FERNANDEZ, 2005, p. 217), compõe a agenda do governo federal, defendida pelos militares com argumentos nacionalistas estratégicos. Em consequência, em 1937, o Estado Novo substitui “[...] a ‘classe política’ tradicional, dominada pelos coronéis e pelos bacharéis, [...] por uma nova elite governamental [...] os indivíduos de formação ‘técnica’, em aliança com os militares”, (DINIZ, 1981, p.39), em defesa dos recursos naturais.

Em Minas, o setor empresarial, sem capacidade financeira para implantar a grande siderurgia no estado, atua de forma polivalente: ocupa funções empresariais, técnicas e políticas e encarrega o Estado da implantação da siderurgia e da infraestrutura necessária. O governador Valadares delega a coordenação do esforço industrializante a Israel Pinheiro da Silva (filho de João Pinheiro e ex-aluno da EMOP), como Secretário da Agricultura, Indústria, Comércio e Trabalho (1933-1942). A tecnocracia mineira empenha-se em desenvolver em Minas um polo industrial de vulto a partir do aproveitamento econômico dos recursos minerais e da promoção da siderurgia de maior porte, entre outros projetos. O governador Valadares, centra o planejamento na indústria, fundando a Cidade Industrial de Contagem (1941) pioneira no sistema de distritos industriais.

Já, Juarez Távora, Ministro da Agricultura, cria o Departamento Nacional da Produção Mineral (DNPM, 1934),  rg o responsável pela implantação do projeto tenentista de regulação das concessões minerais. Nesta época, as nações europeias sinalizam a perda da influência dos velhos argumentos liberais. As siderúrgicas mundiais, que, até então, “[...] relutavam [...] em contribuir para o desenvolvimento de indústrias ‘antinaturais’ entre as nações importadoras de aço [...]”, (WIRTH, 1973, p. 76), passam a apoiar iniciativas de Estados mineradores para a solução do problema siderúrgico.

Em 1937, há forte pressão para que se concretize um plano definitivo de exportação parcial e transformação nacional do minério, cerne do problema siderúrgico, então, na órbita federal. Visa-se um projeto integrado de grande porte, para o qual não há capital suficiente, no País ou no exterior. Em 1940, é instalada a Comissão Executiva do Plano Siderúrgico para orientar a implantação da grande siderurgia, que, apoiada pela Sociedade Mineira de Engenheiros, desvincula a exportação do minério de sua transformação local, duas metas tornadas independentes. (DINIZ, 1981, p. 48). Neste mesmo ano, os Acordos de Washington viabilizam, com aportes financeiro e tecnológico, a CSN (1946), implantada em Volta Redonda. Esta localização é uma vitória da técnica ⁹. “O planejamento de corte econômico ganhou presença institucional e passou a desenhar ações voltadas para espaços supraestaduais como o das Grandes Regiões”. (MATOS, 2008, p. 144). Tais Acordos viabilizam, também, a estatização da EFVM e da extração mineral, em Itabira, com a fundação da Companhia Vale do Rio Doce (1942).

⁹ Razões da CSN em Volta Redonda: proximidade dos mercados do Rio e de São Paulo, facilidade de transporte para matérias primas, vocação siderúrgica regional, salários competitivos, localização segura em caso de guerra e disponibilidade ilimitada de água doce. (WIRTH, 1973, p. 101).

Israel Pinheiro coordena a implantação da CVRD e exerce a sua primeira presidência. Na gestão da CVRD estatal (1942/97), presidentes graduados em universidades mineiras (EMOP, UFMG, EFEI/Itajubá e UFV/Viçosa) prevalecem em sua gestão (43% do tempo). Eliezer Batista, mineiro de Nova Era, ocupa o cargo por mais tempo (oito anos). Ao longo destas administrações, é implantada, no eixo da EFVM, uma grande intervenção: um complexo minerador – mina-ferrovia-porto – que alcança as regiões centro/leste de Minas Gerais e central do Espírito Santo; um espaço formador de uma zona de elevadas densidades, dotado de maior fluidez e engajado à economia internacional por meio da adaptação das rugosidades preexistentes aos novos investimentos em infraestrutura, mais ou menos como postula Milton Santos no tocante às áreas de grandes concentrações técnicas e informacionais.

A planificação avança no Governo de Milton Campos, com a implantação do Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção (PREFP, 1947), elaborado sob a coordenação do futuro Secretário da Agricultura Américo Renê Giannetti. O PREFP contempla metas destinadas à indústria, à agricultura e à área social e introduz uma metodologia de planejamento que apropria o estoque de conhecimentos acumulados e aproveita as realizações passadas para a atualização dos objetivos.

Na década de 1950, Juscelino Kubitschek empreende esforços para concretizar algumas recomendações do PREFP, ainda em papel, avançando nas metas infraestruturais, em detrimento do equilíbrio entre o campo e a cidade. No setor de energia elétrica, seu Plano de Metas inova com a constituição das Centrais Elétricas de Minas Gerais (CEMIG) e a elaboração do Plano de Eletrificação de Lucas Lopes¹⁰.

A década de 1960 consolida potente estrutura estatal de apoio à industrialização em Minas: o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG, 1962), o Instituto de Desenvolvimento Industrial (INDI, 1968) e a Companhia de Distritos Industriais (CDI, década de 1940). O BDMG produz o Diagnóstico da Economia Mineira e o 1º Plano Mineiro de Desenvolvimento. O estado recebe 25% dos investimentos industriais realizados no Brasil, na década de 1970, sendo que aqueles realizados em Belo Horizonte e vizinhança ensejam “[...] um novo tipo de organização, necessariamente compreendendo vários municípios conurbados, que, no conjunto, definiram uma outra escala urbana: a região metropolitana [...]”. (MATOS, 1992, p. 34).

Em cerca de 70 anos, sucessivos esforços do Estado transformam Belo Horizonte em poderoso polo comercial regional e no mais importante núcleo industrial do estado, em virtude da presença regional de siderurgia diversificada e produtiva (com destaque para a Usiminas), da operação da CEMIG e dos investimentos estrangeiros, decorrentes da nova ordem internacional do trabalho. (MATOS, 1992). A implantação da Usiminas, marco de uma nova etapa da indústria mineira, consolida o eixo da EFVM como o espaço siderúrgico estadual por excelência, que se expande, posteriormente, para sudeste e oeste.

Conclusão

A elite mineira instruída, com realce para a elite técnica, é responsável pela configuração singular do desenvolvimento econômico de Minas Gerais, em relação aos outros estados do País, ao liderar a articulação dos outros fatores-chaves exclusivos, disponíveis no estado, quais sejam: as valiosas reservas minerais (ouro e minério de ferro) e o Estado forte (desde o início da exploração mineral).

¹⁰ Lucas Lopes se refere ao Plano de Eletrificação como uma verdadeira “geografia econômica de Minas”, pois prevê onde se dá o crescimento da demanda por energia elétrica.

¹¹ Dentre estes investimentos, destacam-se: a Fiat Automóveis S. A.; a FMB – Produtos Metalúrgicos S. A.; a SOEICOM; a KRUPP – Indústrias Mecânicas Ltda.; a CIMINAS; a DEMAG – Equipamentos Industriais Ltda.; a BEKAERT; a General Motors Terex do Brasil; e a Brasox Indústria e Comércio.

Estes três fatores-chaves articulados determinam: (a) um espaço urbano no centro de Minas Gerais; (b) uma economia industrial fundada na indústria de base; e (c) uma população com participação substantiva nos órgãos políticos decisórios, conquistando poder perante a instância federal. Essa singularidade mineira exerce desdobramentos notáveis, com influência determinante sobre a prática do planejamento adotada pelo Estado-nação brasileiro, em virtude tanto da presença dos representantes de nossa elite instruída técnica e política na burocracia federal, quanto dos exemplos das realizações das ações planejadas de Estado em Minas Gerais.

Desde a Inconfidência, Minas Gerais edifica uma cultura de planejamento econômico, antes mesmo dos outros estados, em decorrência da evolução de uma sociedade liderada pela elite instruída formada em três estágios, quais sejam: (1) o primeiro, originário da nata da sociedade política rural, refere-se à elite egressa da Escola do Caraça, cujas orientações pedagógicas reforçam a tradição conservadora. (2) A fundação da EMOP institucionaliza, em Minas e no País, um modelo de educação inovador e oposto ao do Caraça. Oferece instrumentos para a industrialização do País, introduz uma educação prática, mobilizadora dos recursos naturais em Minas Gerais, e forja uma nova mentalidade, polarizadora da sociedade cultural: introduz uma divisão entre o ideal do progresso e a tradição conservadora. (3) A implantação da cidade planejada de Belo Horizonte faz surgir quadros técnicos, cujas funções estão relacionadas ao planejamento governamental, preenchidos por segmentos dessa elite e proporciona desenvolver o *expertise* em planejamento, coordenação e gestão dos recursos públicos.

O período focalizado mostra a consolidação na Região Central de Minas Gerais de um espaço minero-siderúrgico, articulado com o país e o mundo. Nele se acumulam densidades técnicas atraentes para atividades intensivas em capital e organização. Com o apoio do Governo de Minas elas se implantam e subordinam cidades e sub-regiões às suas lógicas, influenciando decisivamente na governabilidade. Desenvolvem-se zonas densas, com índices elevados de população e emprego, com redes de transportes integradas, fluxos de alta fluidez e velocidade e se constitui, enfim, um dos espaços mais luminosos da nação. Contudo, em sua hinterlândia permanecem espaços pré-modernos: rarefeitos, viscosos, lentos, opacos e dependentes como preceitua Santos e Silveira (2001).

São mais de dois séculos de busca, mais ou menos intensa, do desenvolvimento e/ou “progresso” econômico. Teria sido este objetivo plenamente alcançado? Desde o Governo Vargas até a década de 1980, o Brasil logra implantar o parque industrial mais diversificado da América Latina, com uma base de sustentação fortalecida na siderurgia. Porém, esse empenho não alcança as seguintes metas qualitativas: (i) crescimento econômico estável; (ii) articulação inter-regional nos moldes de um projeto nacional inclusivo; (iii) e, participação na internacionalização econômica e tecnológica em termos avançados.

Referências bibliográficas

- ALFONSO-GOLDFARB, Ana Maria; NASCIMENTO, Carlos; FERRAZ, Arthur Ribeiro; MENDES, Márcia Helena. “Um estudo sobre a implantação da moderna siderurgia no Brasil: o caso da Usina Queiroz Júnior”. *Revista da SBHC*, n.10, p.3-12, 1993.
- ANDRADE, Mariza Guerra de. “À porta do céu isolado pela Serra do Espinhaço”. *Revista de História da Biblioteca Nacional*, 1 de janeiro de 2006. Disponível em <http://www.revistadehistoria.com.br>. Acesso em 28 jul. 2009.
- BAETA, Nilton. “Pioneirismo de Monlevade na implantação da siderurgia em Minas Gerais”. *Revista da Fundação João Pinheiro*. Belo Horizonte, 1 (2/4): 64-67, abr./dez.,1971.
- BETHELL; Leslie, CARVALHO; José Murilo. *Historia Da America Latina. V.3. Da Independência a 1870*. São Paulo: Edusp, 2001.
- BETHELL, LESLIE. “A Independência do Brasil.” In: BETHELL, LESLIE (Org.). *História da América Latina. Vol. III: Da Independência até 1870*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo; Imprensa Oficial do Estado; Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2001. P. 187-230.
- CARVALHO, José Murilo de. “Ouro, terra e ferro: vozes de Minas”. In: GOMES, ÂNGELA DE CASTRO (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- CARVALHO, José Murilo. *A Escola de Minas de Ouro Preto. O peso da glória*. (2ª edição) Belo Horizonte: Editora UFMG, 2002.
- DINIZ, Clélio Campolina. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.
- DULCI, Otávio Soares. *Política e recuperação econômica em Minas Gerais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.
- DULCI, Otávio. “João Pinheiro e as origens do desenvolvimento mineiro”. P. 109-136. In: Gomes, Ângela de Castro (Org.). *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FERNANDEZ, Oscar Lorenzo. “O desenvolvimentismo de Israel Pinheiro a Juscelino Kubitschek”. In: GOMES, ÂNGELA DE CASTRO. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- FILGUEIRAS, Carlos A. L. “A ciência e as Minas Gerais dos setecentos”. In: RESENDE, Maria Efigênia Lage de; VILLALTA, Luiz Carlos. *História de Minas Gerais. As Minas setecentistas*. Belo Horizonte: Autêntica; Companhia do Tempo, 2007. P. 159-185.
- GOMES, ÂNGELA DE CASTRO. *Minas e os fundamentos do Brasil moderno*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.
- HAESBAERT, Rogério. *La Blache, Ratzel e a “geografia política”*. Coleção Nossos Clássicos. Sem data.
- LATIF, Miriam De Barros. *As Minas Gerais*. Rio de Janeiro: Agir, 1960. 231 p.
- MATOS, Ralf Edmundo da Silva. “Territórios, ambiente e gestão”. In: HISSA, Cássio Eduardo Vianna (Org.). *Saberes ambientais: Desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008. P. 141-157.
- MATOS, Ralf Edmundo da Silva. *Evolução urbana e formação econômica de Belo Horizonte*. Belo Horizonte: CEDEPLAR. Textos para discussão. Março, 1992.
- MATOS, Ralf Edmundo da Silva. “A discussão do antiurbanismo no Brasil colonial”. *Geografias*. Belo Horizonte 07(2), julho-dezembro de 2011 41, P. 40-55.
- MAXWELL, Kenneth. *A devassa da devassa. A Inconfidência mineira: Brasil e Portugal 1750-1808*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.
- PAULA, João Antônio De. “Raízes do desenvolvimentismo: pensamento e ação de João Pinheiro”. In: *Pesquisa & Debate*, SP, volume 15, n. 2(26), pp. 257-282, 2004.

PINTO, Manuel Serrano. Aspectos da história da mineração no Brasil colonial. In: LINS, F. A. F.; LOUREIRO, F. E. V. L.; ALBUQUERQUE, G. A. A. S. C. *Brasil 500 anos – a construção do Brasil e da América Latina: histórico, atualidade e perspectivas*. Rio de Janeiro: CETEM/MCT, 2.000. 254 p.

SANTOS, Milton e SILVEIRA, M. L. *Brasil: território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Record, 2001, pp. 259-287.

SINGER, Paul. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1977. 377 p.

WIRTH, John D. (Trad. Maria Carmelita). *Minas Gerais na federação brasileira 1889-1937. O fiel da balança*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

WIRTH, John D. (Trad.: Cajado, Octavio Mendes). Minas e a Nação: Um estudo de poder e dependência regional. 1889-1937. In: FAUSTO, BORIS (Org.). *História geral da civilização brasileira. O Brasil Republicano: Estrutura de poder e economia (1889-1930)*. São Paulo: DIFEL, 1975. T. III, V. 1, Cap. II.2. P. 76-99.

WIRTH, John D. *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1973.